

**"ATÉ OS PENHASCOS DUROS RESPONDEM":
A REPRESENTAÇÃO RETÓRICA DAS PAIXÕES NA EPISTOLOGRAFIA DE
ANTÔNIO VIEIRA**

**"EVEN HARD CLIFFS ANSWER":
THE RHETORICAL REPRESENTATION OF PASSIONS IN ANTÔNIO VIEIRA'S EPISTOLOGY**

Ana Lúcia M. de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
analuciamachado54@terra.com.br

RESUMO

Considerando o papel de destaque da retórica nas letras do século XVII, minha pesquisa atual centra-se no exame dos fundamentos retóricos da representação de um corpo em que a paixão se desdobra para nele inscrever seus efeitos. Neste trabalho, pretendo abordar especificamente a epistolografia de Antônio Vieira, buscando aprofundar a investigação acerca das diversas formas de tematização do corpo como superfície de inscrição das paixões. As paixões encenadas nos textos vieirianos não serão lidas como forma de expressão da subjetividade autoral, mas na chave da constituição de uma *persona* discursiva articulada ao desempenho de um modelo retórico de fingimento de diferentes “estados da alma” e que pretende adequar-se ao tema tratado, ao gênero de discurso e aos destinatários.

Palavras-chave: Antônio Vieira, epistolografia, paixões, retórica.

ABSTRACT

Considering the relevant role of letter-writing among the Jesuits, in this paper I shall focus specifically on the letters of the most important Portuguese orator in the 17th century: Father Antônio Vieira. My presentation will begin with a brief overview of the relevant role of epistolography in the Society of Jesus. Focusing on Father Antônio Vieira's letters, I'll then investigate the different ways of representing, from a rhetorical point of view, the passions that moved the sender, taking into consideration the effects and the affections, or dispositions, that he intended to arouse in his different receivers/interlocutors. It is important to emphasize that the passions performed in Vieira's letters will not be analyzed as a form of expression of authorial subjectivity. They will rather be considered under the view of a discursive *persona* which is directly articulated to the performance of a rhetorical model of different "states of soul" and which tries to conform itself to the theme that is being discussed, to the discursive genre to which it belongs and to the receiver.

Key words: Antônio Vieira, letters, passions, rhetoric

Introdução

Se nós gostamos de contemplar os retratos de amigos ausentes como forma de renovar saudosas recordações, como consolação ainda que ilusória e fugaz, como não havemos de gostar de receber uma correspondência que nos traz a marca autêntica, a escrita pessoal de um amigo ausente? A mão de um amigo gravada na folha da carta permite-nos quase sentir a sua presença – aquilo, afinal, que sobretudo nos interessa no encontro direto.

SÊNECA, *Cartas a Lucílio*.

Visto que o foco de meu trabalho incide nas cartas do jesuíta seiscentista Antônio Vieira, julgo necessário tecer algumas considerações iniciais acerca do lugar da epistolografia no âmbito da ordem religiosa a que ele pertencia.

Criada em uma época de célere expansão ultramarina (1540), a Companhia de Jesus refletia, em seus componentes e em sua distribuição geográfica, uma espécie de globalização *avant la lettre* que caracterizava aqueles tempos: oriundos de vários países europeus, seus integrantes se espalharam não só pela Europa, mas também na Ásia, na África e na América do Sul. Para manter a unidade e a comunicação com o centro romano da Companhia, implantou-se um instrumento fundamental: a correspondência epistolar, “coluna vertebral do corpo inaciano”, nas palavras de Sheila Hue (2006, p. 14). Importa mencionar que o fundador da Ordem, Inácio de Loyola, é autor de uma monumental correspondência, constituída por cerca de sete mil cartas, algumas delas bastante extensas e minuciosas. Loyola estabeleceu uma espécie de “pacto epistolar” com políticos, reis, pensadores, artistas e eclesiásticos, trocando conselhos, preceitos, discutindo matérias diversas, defendendo os princípios e a legitimidade da Sociedade de Jesus em todos os continentes em que esta se estabeleceu (cf. BETTIOL, 2008, p. 26). Em alguns de seus textos, o religioso espanhol discorria sobre o modo adequado de redigir cartas, conforme se lê no seguinte trecho de caráter metaepistolar:

La carta principal yo la escribo una vez, narrando las cosas que muestran edificación, y después, mirando y corrigiendo, haciendo cuenta que todos la han de ver, torno a escribir o hacer escribir otra vez, porque lo que se escribe es aún mucho mas de mirar que lo que se habla; porque la escritura queda, y da siempre testimonio, y no se puede así soldar ni glosar tan fácilmente como cuando hablamos. (LOYOLA, 1952, p. 687)

Um dos objetivos básicos das cartas jesuíticas era o controle interno da missão pelos superiores da Ordem em Roma, que exigiam relatórios minuciosos sobre a rotina diária dos padres e informações sobre possíveis causas de desânimos e crises. Assim, nesse eficiente sistema de

comunicação, missionários disseminados pelo globo enviavam missivas para Roma, as quais eram copiadas e distribuídas pelas missões de modo que todos soubessem o que se fazia nesses variados lugares. Outro objetivo era o reforço do entusiasmo catequético por meio da remessa das cartas para outras missões, em que eram lidas como edificação (cf. HANSEN, 2005, p. 16). Em síntese, essa surpreendente rede de comunicação global em pleno século XVI constituía um poderoso instrumento de informação e de divulgação das atividades da Companhia de Jesus.

Inserindo-se na longa tradição medieval da *ars dictaminis*¹, essas cartas trouxeram a diferença de serem geralmente redigidas em tom um pouco mais coloquial, procurando uma comunicação mais direta, com menos artifícios de retórica ou citações eruditas, e aplicando, segundo Adolfo Hansen, “um *aptum* ou *decorum* específico da imitação do oral” (2005, p. 26). Adotado por Loyola e seus seguidores, o modelo² da missiva como uma conversa entre amigos e não como discurso elaborado atraiu o público leitor do período, o que se evidencia pelo grande número de traduções e edições das cartas jesuíticas³, que afirmavam o poder e a expansão da Igreja Católica em tempos de Contrarreforma, além de saciar a curiosidade dos leitores acerca das novidades dos novos mundos (cf. HUE, 2006, p. 18).

A Correspondência de Antônio Vieira

Após essa breve introdução, passo ao tema específico de meu trabalho. A escrita de cartas foi uma prática letrada habitual de Antônio Vieira no decurso de sua longa vida, desde a sua primeira missiva conhecida, a carta ânua⁴ dirigida em 1626 ao Geral da Companhia de Jesus em Roma, até a última, ditada dias antes de sua morte, em 1697, e igualmente endereçada ao Geral dos jesuítas. Além da troca epistolar com membros do clero, Vieira se correspondeu com figuras muito influentes na vida política e diplomática lusitana da segunda metade do século XVII, dentre as quais se incluem reis, membros da família real e da nobreza.

Constituída por cerca de 750 peças, essa copiosa produção textual fornece indicações preciosas sobre o percurso biográfico do autor – lugares visitados, atividades realizadas, relações que manteve - e oferece ainda numerosas informações sobre o tempo em que viveu, segundo o próprio jesuíta afirma em seus últimos anos de vida, em carta a Francisco de Brito Freire: "Que novas darei de mim a Vossa Senhoria, depois de tantos anos, senão que ainda vivo? Parece que

¹ Para um estudo da tradição da *ars dictaminis*, consultar: CAMARGO, 1991; MURPHY, 1990 e TIN, 2005.

² Para um exame da estrutura formal das cartas jesuíticas e de sua ligação com a tradição da *ars dictaminis*, consultar: PÉCORA, 2001, p. 17-68

³ Uma análise das diversas edições das epístolas inicianas nos séculos XVI e XVII foi feita por LIMA, 1983.

⁴ Para uma análise da carta ânua vieiriana, ver: OLIVEIRA, 2008.

me guarda Deus para *testemunha da variedade e mudança do mundo neste século*, depois de ter corrido e visto tanta parte dele" (VIEIRA, 2014, tomo I, vol. IV, p. 445).

Embora tenha motivado, ao longo do tempo, o interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, a correspondência de Vieira ainda aguarda uma edição crítica à altura da sua riqueza e da sua importância para a investigação de questões históricas, teológicas e políticas do século XVII. Destaque-se que a vida portuguesa do período da Restauração aí se encontra registrada: enredos diplomáticos e palacianos, embates políticos e questões religiosas, problemas militares e navais. Além da diversidade dos temas abordados, menciono a grande variedade de lugares em que se encontrava o remetente, que escreveu de Dover, Paris, Haia, Barcelona, Liorne, Roma, Porto, Coimbra, Lisboa, Alcanede, Carcavelos, Bahia e Maranhão. É igualmente meritório destacar o perfil de seus destinatários, aqui apresentados tendo em vista uma ordem decrescente de distribuição do *corpus* textual entre eles, segundo nos informa Carlos Maduro (2013, tomo I, vol. I, p. 60), em sua introdução ao primeiro tomo da obra completa vieiriana: nobres e diplomatas, clérigos e religiosos, reis e príncipes e, por último, cartas jesuíticas. A esse respeito, o referido estudioso do epistolário vieiriano ressalta uma desproporção assinalável na distribuição dos destinatários, favorecendo os nobres e diplomatas, o que o faz concluir:

[...] Vieira gostava de falar com os homens do mundo acerca das coisas do mesmo mundo, servindo-se da carta para estar a par do que havia de novo. Com efeito, o jesuíta falou de tudo um pouco, na mais genuína tradição da retórica epistolar clássica de uma conversa entre amigos ausentes. (MADURO, 2013, p. 61)

No que se refere à publicação da correspondência de Antônio Vieira, assinala-se que a primeira edição, incompleta e com um texto mutilado pela censura, principalmente nas cartas em que o epistológrafo se refere aos cristãos-novos e ao Santo Ofício da Inquisição, data de 1735, quando se editaram dois tomos, organizados pelo Conde da Ericeira e pelo padre Antonio dos Reis; o terceiro foi dado ao prelo em 1746, compilado pelo padre Francisco Antonio Monteiro. No Prólogo dessa edição, justifica-se a ausência de qualquer critério na ordenação das cartas, a partir de um argumento baseado no método escolhido pelo próprio jesuíta para a organização de seu sermão tendo em vista o prelo:

[...] não se ordenarão estas cartas pela ordem rigorosa, e cronológica, em que foram escritas [...], porque ainda que os sucessos da vida deste Autor se percebem melhor nesta forma, como ela vai observada em cada uma das correspondências que, segundo o estilo comum, vão separadas, se percebem melhor, sem interromper-se os motivos, e os sucessos. Também não as dividi por matérias, por não alterar a referida suposição; e porque a variedade é mais agradável pelas razões sólidas, que dá o nosso Autor na primeira parte dos seus Sermões, quando no Prólogo se justifica de os não repartir pelas matérias, nem pela ordem dos tempos, e festas do ano. (in: VIEIRA, 1735, s/p.)

Nesse mesmo período, novas cartas foram incluídas nos volumes *Vozes Saudosas* (de 1736) e *Voz Sagrada* (de 1748). Em 1854 e 1855, uma nova edição ampliada, trazendo 511 cartas, compôs os volumes XVI a XIX das *Obras completas* vieiranas, lançadas por J. M. C. Seabra e T. Q. Antunes. Mantinha-se a mesma ordenação da edição anterior, que seguia a ordem em que os originais chegaram à oficina do impressor, apresentando, inclusive, a mesma repetição de textos. Arrumando as cartas em ordem cronológica e, com isso, evitando o problema das duplicações, a edição seguinte foi feita pela Empresa Literária Fluminense, em dois tomos, em 1885. Entre 1925 e 28, foi lançada uma relevante edição das cartas de Vieira, num total de 719, divididas em três volumes organizados por João Lúcio de Azevedo. Consultando as publicações anteriores, cópias manuscritas das cartas e os originais autógrafos a que teve acesso, o historiador português buscou apresentar uma publicação “menos viciada de imperfeições”, segundo nos esclarece na Introdução, “reduzindo ao paradigma mais recente⁵ as diferentes ortografias de três séculos” (AZEVEDO, 1997, p. XIV).

Durante décadas, essa edição serviu de fonte principal de consulta para leitores e estudiosos da obra missivista do jesuíta. No final da década de 1990, Maria Lucília Pires nos alertou para o fato de que “o estudioso de hoje, bendizendo embora o trabalho emérito do ilustre vieirista que foi Lúcio de Azevedo, tem ainda mais aguda consciência das limitações de sua edição” (1997, p. 21). Dentre estas, ela ressalta o fato de o editor ter seguido frequentemente o texto da primeira edição, publicada “sob as restrições do aparelho censório então em vigor, em casos em que os textos originais eram relativamente acessíveis” (PIRES, 1997, p. 21). Cabe mencionar que até mesmo algumas iniciativas editoriais brasileiras, já no século XXI, referentes à epistolografia vieiriana, apenas reimprimiram os textos fixados e anotados por Azevedo, sem acrescentar novas cartas descobertas desde então.

Destaco a recente tentativa de superar as limitações da edição de Lúcio de Azevedo, com a *Obra completa do Padre Antônio Vieira*, em 30 volumes, dirigida por José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Nessa publicação portuguesa, realizada entre 2013 e 14, o tomo correspondente à epistolografia do jesuíta compreende cinco volumes nos quais se apresentam 758 cartas, dispostas cronologicamente, além de alguns textos apócrifos e outros de tipologia vária. Coordenada por Carlos Maduro, a equipe de pesquisadores, da qual participei, reuniu não apenas os textos publicados nas edições anteriores, mas também completou algumas das missivas mutiladas na primeira edição, reuniu cartas dispersas em diferentes publicações, traduziu um conjunto epistolar escrito em latim, que Vieira enviou a seus superiores da Companhia em Roma, e publicou textos inéditos encontrados na Torre do Tombo e no Arquivo da Casa de Cadaval. Mesmo não se tratando de uma edição crítica, essa publicação, segundo nos esclarece o

⁵ Para uma crítica da modernização da ortografia e da pontuação na edição preparada por Lúcio de Azevedo, cf. RÉVAH, 1947, p. 255-270.

coordenador, fixou os textos com base em um conjunto expressivo de textos autógrafos e, quando estes não estavam disponíveis, foi feito um confronto "com edições manuscritas que se mantiveram muito próximas e muito fieis aos documentos autógrafos" (MADURO, 2013, p. 44).

Esclareço que minha pesquisa, ainda em fase de elaboração, acompanha a proposta teórico-metodológica de Adolfo Hansen, no esclarecedor prefácio de sua edição das cartas vieirianas enviadas do Brasil, em que nos oferece orientações preciosas para tentar reduzir o anacronismo quase inevitável na retomada de textos seiscentistas em nosso tempo. Em primeiro lugar, em relação ao remetente, deve-se atentar para o fato de que o ponto de vista das cartas, mesmo as familiares que tratam do vivido do remetente, "é o de uma enunciação conformada como racionalidade não-psicológica de um tipo composto por paixões e caracteres subordinados como necessidade à hierarquia" (HANSEN, 2003, p. 21). Considerando que a posição de Vieira como carteador é, antes de tudo, a de um religioso subordinado às diretivas da Companhia de Jesus, o crítico mencionado nos apresenta uma síntese pertinente das diferentes posições institucionais desempenhadas pelo inaciano que estão relacionadas ao decoro que rege suas missivas e aos diferentes matizes retóricos nelas configurados:

Tipo que, noviço, padre, mestre de retórica, teólogo, privado e valido de reis, amigo de aristocratas, inimigo da Inquisição, Superior de missão catequética, defensor de índios, afrontador de colonos, diplomata, orador sacro, profeta, não é uma subjetividade burguesa definida como unicidade de sujeito civil dotada de direitos liberais. Na sua representação como remetente, os interesses da monarquia e da Companhia de Jesus convergem, constituindo-o como tipo dotado de um caráter ou *éthos* principal, *prudência*, [...] que lhe controla o humor colérico legível em afetos secundários como raiva, desgosto, decepção, amargura, ironia. (HANSEN, 2003, p.21-22)

Desse modo, na maioria das vezes, os variados temas tratados nas cartas se articulam diretamente aos acontecimentos que marcaram o seu tempo, ao lugar específico em que o remetente se encontrava no ato da escrita ou ao reino de Portugal em termos gerais. Dentre esses temas, se destacam: a invasão da Bahia pelos holandeses, a negociação com a França para formar uma liga anti-Espanha, a negociação com a Holanda para tratar da restituição de Pernambuco, o emprego do capital judaico na criação de companhias de comércio, o combate ao cativo dos índios, as viagens missionárias no Maranhão e Grão Pará, o poder da Companhia de Jesus sobre os aldeamentos indígenas, o processo inquisitorial e a vida no cárcere do Santo Ofício, a crise da lavoura açucareira, a febre amarela, o contrabando de ouro e prata, os preços monopolistas, a corrupção dos mercadores e a miséria dos pobres.

Funcionando como ação discursiva que intervém em outras ações e representações de seu tempo, as cartas, ainda segundo Adolfo Hansen, "são perspectivadas pela forma dos seus gêneros, que funcionam como filtro pragmático e semântico da posição institucional do remetente, da seleção das matérias, da ordenação dos argumentos e da interpretação dos temas" (2003, p.17).

Assim, considero a representação retórica das paixões no epistolário vieiriano a partir do exame de procedimentos previstos pelas convenções letradas vigentes no século XVII para esse gênero, o que significa um distanciamento quanto ao propósito de ler a escrita epistolar na chave de conceitos tais como os de subjetividade e interioridade, em sua conceituação atual. Cabe, desse modo, destacar que as paixões encenadas nos textos de Antônio Vieira não devem ser lidas como forma de expressão da subjetividade autoral, mas na perspectiva da constituição de uma *persona* discursiva diretamente articulada ao desempenho de um modelo retórico de fingimento de diferentes “estados da alma” e que busca adequar-se ao tema tratado, ao gênero de discurso e aos destinatários.

O gênero epistolar

Seguindo a codificação retórica seiscentista do gênero epistolar, o decoro das cartas vieirianas está relacionado às posições institucionais ocupadas pelo emissor, compostas como aplicação de um *ethos* constantemente grave, configurado como posição hierárquica discreta e ajuizada (cf. HANSEN, 2003, p. 33). Leia-se trecho de carta de 1663, ao Marquês de Gouveia: “De mim não tenho o que dizer a Vossa Excelência, porque o mesmo que tenho dito serve para todos os tempos, pois eu sou e hei de ser o mesmo em todos” (VIEIRA, 2013, tomo I, vol. II, p. 337). Igualmente representativa é a missiva de boas vindas ao governador Câmara Coutinho, de 1689, em que o jesuíta se apresenta em suas diferentes figurações na hierarquia da sociedade em foco: “Como Antônio Vieira, como morador do Brasil, como religioso da Companhia, e como quem tem esta Província a seu cargo, devo dar a Vossa Senhoria o parabém da feliz viagem e chegada de Vossa Senhoria a essa venturosa terra” (VIEIRA, 2013, tomo I, vol. I, p. 402).

Parece evidente, portanto, que os dados biográficos que constituem a primeira pessoa do missivista e a individualizam devem ser compreendidos como “representações de posições institucionais de um tipo religioso, Antônio Vieira, aplicadas como preenchimento semântico de tópicos tradicionais para figurar sua pessoa natural”, nas palavras de Hansen (2003, p. 34). Reiterando: tais traços biográficos são formalizados por uma aplicação de caracteres e paixões codificados, aos quais é dada uma forma verossímil segundo o decoro adequado à circunstância de cada carta.

Uma leitura detalhada do *corpus* epistolar vieiriano evidencia que o *caráter* principal nele plasmado corresponde ao do tipo letrado prudente; entretanto, como o ânimo de quem escreve está sujeito a mudanças, mudam igualmente os estilos e os conceitos, que se adaptam aos afetos ocasionais do remetente e à variedade dos assuntos discutidos em cada ocasião. Assim, de um tom mais triunfalista dos primeiros tempos, ao narrar os empreendimentos jesuíticos nas missões da colônia ou seus sucessos nas cortes européias, segue-se a revolta acentuada durante o processo do Tribunal do Santo Ofício, chegando-se ao tom desengano dos últimos anos, em que o peso

da idade e das doenças, frequentemente mencionadas nas cartas, soma-se à amargura por se sentir desprestigiado pelo governante e esquecido na corte portuguesa. Com razão afirma Isabel Almeida que “ao ritmo do avanço da idade e das provações do autor, o tema das paixões inflama a epistolografia, como ferida insanável” (ALMEIDA, 2008, p.116). Por esse motivo, minha investigação atual, que aqui apresento apenas sinteticamente, tem privilegiado as cartas do último período da sua vida, em que o jesuíta, desiludido com a corte, retorna ao Brasil. Na ótica de João Lúcio de Azevedo, “essas cartas [...] são os anais da sua existência nesse período final, em que vemos a gigante figura, a passos contados, caminhar para a decrepidez e para o túmulo” (AZEVEDO, 2008, t. II, p. 267).

Importa ainda mencionar que as paixões, abundantemente referidas na troca epistolar do autor, também constituem ponto de reflexão na sua oratória sacra. Por exemplo, no “Sermão da Quinta Quarta-Feira da Quaresma”, pregado em Lisboa, em 1669, Antônio Vieira, ao discorrer sobre as paixões, enumera-os a partir do modelo aristotélico, sintetizando-as numa dicotomia agostiniana: “As paixões do coração humano, como as divide e numera Aristóteles, são onze; mas todas elas se reduzem a duas capitais: Amor, e Ódio. E estes dois afetos cegos são os dois pólos, em que se revolve o mundo, por isso tão mal governado” (VIEIRA, 2013, tomo II, vol. IV, p. 216).

Na epistolografia, verifica-se que o amor à pátria é a paixão que indiscutivelmente mobiliza o jesuíta, sendo responsável, em especial nos seus últimos anos de vida, por afetos de tristeza e ressentimento, constantemente expressos. Em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, de 1673, ele se mostra consciente dessa fraqueza:

[...] sendo o intento de Santo Inácio, nos mesmos Exercícios, propor a todos os meios eficazes de compor e moderar as paixões que nos desviam do último fim, eu, considerando nas minhas, e na predominante, contra a qual deve ser o maior combate, achei que era o afeto português e imoderado amor e zelo da pátria; e contra este forte inimigo me tinha armado, convencendo-o com tantas razões quantas em mim concorrem mais que em outros. Mas ainda que o tenho muitas vezes vencido, não acabo de o ver vencido. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. III, p. 373)

A leitura atenta das cartas ratifica que Vieira não conseguiu realizar a transmutação das paixões que ele preconiza, em clave inaciana, no seu sermonário. O “afeto cego” do amor à pátria o obceca, crescendo na mesma proporção em que aumentam a indiferença persistente do príncipe português e as afrontas à sua imagem pública; tudo isso alimenta o sentimento de injustiça, de desdém imerecido, que transparece na pena do carteador, deixando por vezes entrever seu humor colérico, manifesto em diversos afetos, tais como raiva, amargura, desgosto e ironia. A esse respeito, cito sua irônica e amarga referência, em carta de 1682 ao Marquês de Gouveia, à simulação de um auto de fé, em Coimbra, em que estudantes queimaram uma figura representando o jesuíta: “Não merecia Antonio Vieira aos Portugueses, depois de ter padecido tanto por amor

da sua pátria e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas, e lhe fizessem tão honradas exéquias” (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 268-9).

No mesmo tom amargo da encenação de afetos de desesperança, leia-se o exórdio da carta ao conde de Castanheira, de 1685:

Senhor. As repetidas memórias com que Vossa Senhoria é servido [...] de se não esquecer deste seu humilde criado em todas as froas, só são as que me asseguram de que em Portugal, de onde tenho perdida toda a esperança, ainda há fé e caridade. Deus pague esta a Vossa Senhoria, pois não é a menor obra de misericórdia consolar os tristes, nem há, segundo as opiniões do mundo, quem maiores razões tenha, que eu, de se contar neste número. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 326)

Em síntese, torna-se possível perceber, nos trechos anteriormente citados, que, dentre os recursos retórico-poéticos empregados nas missivas do inaciano português, se evidenciam “muitas figuras patéticas, associadas aos movimentos intelectuais da alma do remetente”, as quais são aplicadas de modo persuasivo no estilo da narração (HANSEN, 2008, p. 290).

Das partes que constituem a carta vieiriana, que segue a estrutura formal prescrita para o gênero na reciclagem inaciana da tradição medieval da *ars dictaminis*, o exórdio tem merecido destaque em meu trabalho. O modelo é o usual na época: após a breve *salutatio* que abre o discurso, busca-se angariar disposição afetiva do leitor para a narração que virá a seguir. Nesse passo, Vieira utiliza diversos recursos: afeta modéstia e humildade diante dos destinatários, ressalta a longa espera até a chegada da carta do correspondente, a satisfação de sabê-lo com saúde ou o pesar por suas doenças; com frequência, expressa ainda sua expectativa de que a troca epistolar entre eles não se interrompa e seja copiosa. Este último recurso, constante forma de *captatio benevolentiae* empregada pelo jesuíta, centrada na reflexão sobre a própria correspondência e com referências à frota que faculta o comércio epistolar da colônia na América com a Europa, evidencia o lugar da carta como dramatização da partilha de vivências e afetos entre ausentes. Exemplifico com a missiva a Diogo Temudo, de 1684:

Meu senhor. Para poder ao menos fazer esta via por mão própria a reservei para os últimos dias, em que está decretada a partida da frota; e, se eu não a pudera carregar toda de quantos gêneros de expressões cabem no agradecimento, nem meu coração ficara satisfeito, nem o que devo ao de Vossa Mercê, provado com tantas obras e declarado com tantas palavras, bastantemente correspondido. [...]. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 316)

Desse modo, o caráter negocial, público, de suas cartas não dispensa os aparatos implicados em uma ideia de encontro amigável muito esperado, que inscreve na carta um temperamento, consoante as formulações dos preceptistas de enfoque humanista da *ars dictaminis*, tal como Justo Lúpsio. Nas palavras de Alcir Pécora, “o que se inscreve na carta, assim, seja qual for o seu conteúdo, é a comunicação instantânea de afetos acesos nas letras, a

confirmação dos bons termos mantidos entre os interlocutores, quando não da amizade e da aliança política entre eles” (PÉCORA, 2001, p. 21).

Em 1693, Vieira pretendeu cessar as relações epistolares, deixando de responder a seus correspondentes europeus, mas estes não lhe aceitaram o silêncio e continuaram a escrever. Por esse motivo, no ano seguinte, enviou uma “Circular à nobreza de Portugal”, em cujo exórdio, de onde extraí a parte inicial do título deste texto, ele reflete de forma magistral acerca da prática da conversação:

É cousa tão natural o responder, que até os penhascos duros respondem, e para as vozes têm ecos; pelo contrário, é tão grande violência não responder, que aos que nasceram mudos fez a natureza também surdos; porque se ouvissem, e não pudessem responder, rebentariam de dor. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 499)

Afirmando que lhe coube “esperar reciprocamente que a resposta de meu silêncio fosse tão muda como ele”, o que não aconteceu, o jesuíta completa agudamente o seu raciocínio: “E porque eu, em não escrever, fui mudo como morto, agora com o espaço de um ano e meio é força que fale como ressuscitado” (idem, *ibid.*). Em seguida, justifica o seu longo período de silêncio, atribuindo-o ao fato de, por doença, lhe faltarem as mãos para escrever.

Mesmo pedindo a todos, nessa missiva coletiva, “que a pena de não responder às cartas se me comute na graça de não as receber daqui por diante” (idem, *ibid.*), o jesuíta não persistiu totalmente nesse propósito de abandonar a prática de carteador e “tratar somente da correspondência com a outra pátria e melhor corte, para onde há tanto tempo que os anos e ultimamente os achaques me dizem que estou de caminho” (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 501), ou seja, preparar-se para a morte. Para um temperamento “ávido de expansões” como o seu (essa expressão é de Lúcio de AZEVEDO, 2008, p. 304), tal propósito de cortar os laços com seus correspondentes na Europa não se sustentaria por muito tempo.

De fato, nos últimos três anos de vida, Antônio Vieira ainda manteve essa conversação à distância com poucos destinatários. Em uma delas, destinada ao confessor da rainha D. Catarina, o padre Manuel Pires, após mencionar que se acha acometido por um “tropel de moléstias”, reafirma, em tom patético, sua lealdade à monarquia portuguesa: “debaixo destas *quase apagadas cinzas da vida*, está vivo, firme e ardentíssimo o desejo de poder prestar para qualquer mínimo aceno do agrado de Sua Majestade, não só com o préstimo próprio, senão também com o alheio” (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 518; grifos meus).

As observações anteriores me permitem concluir, com Adolfo Hansen, que, “por mais personalista [...] que possa parecer a posição do remetente dessas missivas – e *Vieira é sempre uma tempestade de homem* –, trata-se, antes de tudo, da posição de um *tipo* religioso subordinado às diretivas da Companhia de Jesus” e não de “uma subjetividade burguesa” (HANSEN, 2003, p. 21-22; grifos meus). No auto-retrato multifacetado do missivista, que se deixa entrever no amplo arco temporal coberto por sua prática epistolar, encontramos várias figurações de Antônio

Vieira, sempre sobredeterminadas por sua imagem pública como religioso. Desse modo, em suas cartas, definindo seu *ethos*, Vieira deu manifesta evidência às paixões que mobilizaram sua existência, como se atesta no seguinte trecho escrito a Duarte de Macedo, em 1679:

Eu me tinha retirado para a quinta [...], esperando lá poder descansar e ter alguma quietação, mas, como me levo comigo, como me posso achar bem em nenhuma parte? Também posso dizer de mim o que Vossa Senhoria diz de D. João da Áustria, que *o não matam as enfermidades do corpo senão as paixões do ânimo*, não se podendo o meu conformar com o que vejo e ouço. (VIEIRA, 2013, t. I, vol. IV, p. 245; grifos meus)

Conclusão

Finalizo este texto reiterando a importância que o jesuíta atribuía à sua correspondência epistolar, na qual, nas palavras de Isabel Almeida, ele “não deixava de se representar ou de opinar com a arguta consciência de que também nesses papéis viajava a sua assinatura e se moldava a sua efigie” (2008, p. 106). Aos leitores, portanto, deixo um convite para a leitura das cartas de Antônio Vieira, tão obscurecidas pelo sucesso obtido por seus sermões quanto iluminadoras de importantes facetas de sua vida e de sua obra, bem como de aspectos decisivos da história do século em que viveu.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabel. Vieira: questões de afectos. In: *Românica* n° 17. Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

AZEVEDO, João L. de. *História de Antônio Vieira*. 2 t. São Paulo: Alameda, 2008.

AZEVEDO, João L. de. Introdução. In: VIEIRA, Antonio. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997, vol. I, p. IX-XVI.

BETTIOL, Maria Regina B. *A escritura do intervalo: a poética epistolar de Antônio Vieira*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2008.

CAMARGO, Martin. *Ars dictaminis. Ars dictandi*. Turnhout: Brepols, 1991.

HANSEN, João A. Para ler as cartas do Pe. Antônio Vieira (1626-1697). In: *Teresa*. Revista de Literatura Brasileira [8/9]. São Paulo, FFLCH/USP, p. 264-299, 2008.

HANSEN, João A. A escrita da conversão. In: CONSTIGAN, Lúcia H. (org.) *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

HANSEN, João A. Introdução. In: VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil*. Organização de João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003. p. 7-74.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: *Primeiras cartas do Brasil: 1551-1555*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

KENNEDY, George. *Classical Rhetoric & its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. 2. ed. ampl. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 1999.

LIMA, Durval P. de. As cartas dos jesuítas. *Separata da Revista da Biblioteca Nacional* nº 1-2. Lisboa, 1983, p. 215-243.

LOYOLA, Inácio de. *Obras completas de San Ignacio de Loyola*, vol. 15. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952.

MADURO, Carlos. Introdução geral à epistolografia. In: VIEIRA, Antonio. *Obra completa Padre Antonio Vieira*. Dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, tomo I, vol. 1.

MURPHY, James J. *Ars dictaminis: the art of letter-writing*. In: *Rhetoric in the Middle Ages. A History of Rhetorical Theory from Saint Augustine to the Renaissance*. 6ª ed. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1990.

OLIVEIRA, Ana L. de. As diferentes versões da Carta anual de Antônio Vieira. In: *Ideação: Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Filosóficas da Universidade Estadual de Feira de Santana*. Feira de Santana, vol. 2, n. 20, jul./dez. 2008, p. 137-154.

PÉCORRA, Alcir. A arte das cartas jesuíticas no Brasil. In: *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.

PIRES, Maria Lucília G. A epistolografia de Vieira. Perspectivas de leitura. In: MENDES, M. V.; PIRES, M.L. & MIRANDA, J. da C. (org.) *Vieira escritor*. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 21-30.

RÉVAH, I. S. Petite contribution à la future édition des lettres du Père Antonio Vieira. In: *Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, t. XI. Coimbra: Coimbra Editora, 1947, p. 255-270.

SÊNECA, *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

TIN, Emerson. *A arte de escrever cartas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

VIEIRA, Antônio. *Obra completa Padre Antonio Vieira*. Dir. José Eduardo Franco e Pedro Calafate. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013-2014. 30 vol.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997. 3 vol.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Pe. Antonio Vieira da Companhia de Jesus*. Lisboa Ocidental: Oficina da Congregação do Oratório, 1735-1746. 3 vol.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do padre Antonio Vieira*. Lisboa: J. M. C. SEABRA e T. Q. Antunes, 1854-1855. 4 t., 2 vol.